

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Marise Nogueira Ramos

Boa tarde a todos e todas. Começo agradecendo o convite aos meus colegas do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (LATEPS) e parabênizo pela organização fantástica do seminário que estamos usufruindo plenamente desde ontem. Fiquei muito satisfeita com a possibilidade de acompanhar o movimento do LATEPS e da Escola de organização do seminário, e também de ter discutido alguns textos antecipadamente com os alunos, com os meus orientandos. É muito bom, além de fazer parte de uma mesa agora, como vimos, numa companhia extremamente qualificada que é o Júlio, companheiro de muitos anos e companheiro atualmente de Laboratório. Muito nos honra estar ao lado de um colega que produz tão bem, tal como demonstrou aqui. E é com muito carinho, mas é, fundamentalmente, com respeito à dívida intelectual para com o Júlio que considero o encontro de nossos textos como uma complementaridade de análise. Também quero manifestar a satisfação de estar com Márcia Valéria, outra colega de longa data, atualmente, também colega de Laboratório, alguém que tem um empenho e igualmente uma produção intelectual e política a ser reconhecida, fora, obviamente, a satisfação e um desafio enorme de estar junto de vocês, uma plateia igualmente qualificada.

No desafio de produzir este texto e uma fala que tende a ser, obviamente, bem mais sucinta, atravessando o tema da Educação Profissional em Saúde, procurei enfrentar algumas questões presentes há algum tempo no nosso contexto de educadores e de reflexão política e acadêmica. Eu o fiz de maneira bastante modesta, e anuncio logo no início do texto que se trata de um ensaio, de uma abordagem ensaística, porque parto do levantamento de algumas questões e tento tratá-las a partir de referências que temos acumuladas em alguma medida, mas também, de algumas discussões mais contemporâneas. Portanto, não há maiores pretensões na elaboração do texto e mesmo na fala, a não ser compartilhar com vocês e com os leitores, em algumas questões.

Eu estou falando mais especificamente do que? Falo do desafio de se pensar a política da Educação Profissional, em geral, que é um pouco o meu enfoque, e de alguns desafios para a Educação Profissional em Saúde face ao contexto em que estamos inseridos que não conseguimos definir e denominar muito bem, tal como temos visto, inclusive, nas mesas que nos antecederam. Isto porque, ao se falar em política pública, política de Educação, de Educação Profissional, de Educação

Profissional em Saúde, estamos falando de uma perspectiva societária, de modelo de organização da sociedade, de modelo econômico, de modelo de desenvolvimento. Vivemos, assim, tanto testemunhalmente, como cidadãos, mas também pela leitura, as inflexões sofridas no âmbito do capitalismo global e, em suas particularidades no Brasil, desde mais ou menos a crise de 1970. Esse momento foi o da avalanche do pensamento neoliberal, chegando à crise internacional de 2008, deflagrada a partir dos Estados Unidos e que se alastra com consequências visíveis na realidade europeia, com especificidades na América Latina. No caso do Brasil, tenho um certo sentimento, ou mesmo compreensão de que o país, especialmente a partir de 2008, de alguma maneira, foi enfrentando esse momento crítico com a ideia, por vezes até em tom jocoso, da marolinha, da capacidade de enfrentamento da crise, etc. Ao mesmo tempo, como o Ruy Braga mostrou ontem, a perspectiva que poderia ser de maior recomposição, de uma certa estabilidade desenvolvimentista no Brasil, também se sentiu afetada nesse contexto da crise global.

De todo modo, trago esse cenário no sentido de localizar a questão internamente. Mas, do ponto de vista da América Latina, há também uma tendência às vezes tratada como alinhada às ideias do pós-consenso de Washington. O Consenso de Washington foi um momento de construção de teses e deliberações para ajustes macroestruturais da economia dos países periféricos. O pós-consenso de Washington teria sido um novo acerto no sentido de tentar minimizar as consequências sociais, as mazelas do neoliberalismo que, nos países latino-americanos, foram seguidas sob a égide desse consenso. Com isso, houve o surgimento de algumas ideias no cenário econômico - às quais eu chego com muito cuidado - de recorte desenvolvimentista assumidas particularmente no Brasil, em um cenário político marcado pela vitória de Lula, sobretudo no segundo mandato, com inflexões internas, do ponto de vista do pensamento que teria ordenado as tendências econômicas por dentro do Governo.

Paulo Barbosa, em uma publicação organizada por Emir Sader, situa cronologicamente a partir da segunda metade do mandato do governo Lula, uma mudança, uma certa inflexão em benefício de perspectivas mais desenvolvimentistas em detrimento da ortodoxia neoliberal, convergindo, inclusive, para o contexto do programa de aceleração do crescimento e, no caso da Educação, com o Plano de Desenvolvimento Educacional, o chamado PAC da Educação. Essa inflexão teria sido suficiente no que se refere aos seus princípios, para considerar que estaríamos tomando uma perspectiva desenvolvimentista e, em uma perspectiva histórica, neodesenvolvimentista ou novo desenvolvimentismo. Cabe mencionar a respeito que em uma entrevista Bresser Pereira, diz textualmente que “Eu cunhei esse termo novo desenvolvimentismo”, porque já teria passado a fase da lógica de um Estado mínimo e o que se precisaria é de um Estado fortalecido, sem negligenciar, entretanto, os ajustes econômicos, associados ao superávit primário, ao controle da inflação, à política de juros, etc.

Portanto, essa é uma ideia presente no cenário econômico, social e político do Brasil; pensado como um período não só de hegemonia do capital financeiro, mas também da desindustrialização. A hegemonia do capital financeiro vem associada a um retraimento do capital produtivo e de uma não ação do Estado, do ponto de vista, por um lado, do Estado produtor; e por outro, do Estado provedor. Assim, uma das estratégias de enfrentamento da crise passaria por assumir uma perspectiva novamente desenvolvimentista e com isso o Estado atuaria em áreas estratégicas da produção, no controle econômico, mas também nas políticas sociais. Trata-se de elementos que já teriam sido consideradas importantes funções do Estado nas teorias sobre o desenvolvimentismo das décadas de 1950, 1960 e 1970, que tiveram a CEPAL como intelectual coletivo.

Entretanto, as análises sobre a perspectiva do novo desenvolvimentista que testemunhamos na nossa convivência cidadã como o impulso à indústria, incentivos fiscais para a produção, elevação da taxa de emprego, políticas de distribuição de renda como o Bolsa-Família, as ações na área de Educação como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que vou comentar mais adiante, indicariam não só uma ação do Estado em termos de políticas, mas também sua atuação naqueles setores estratégicos para alavancar a industrialização, a produção, e, portanto, um aumento do Fundo Público. Com isto, não só se enfrentariam as mazelas do neoliberalismo, as suas consequências, mas também se inscreveria o país numa dinâmica própria do capital internacional.

As análises efetivamente mais cuidadosas, a partir de autores do campo da economia, identificam, na verdade, essa tendência como um *déjà-vu*. Quer dizer, não seria nada mais do que uma tentativa de enfrentamento das mazelas do neoliberalismo, havendo um acordo internacional nesse sentido. Mas, juntamente com isso, necessariamente, se manteria uma ação neoliberal do Estado do ponto de vista da política econômica. Portanto, a crítica feita a essa perspectiva é bastante grande e a encontramos, com frequência, nas duas referências que utilizo – Rodrigo Castelo, um economista da UFRJ e Marcelo Carcanholo, economista da UFF – que discutem o pensamento da nova CEPAL, sem falar em outros que não foram diretamente utilizados por mim nesse texto.

Trata-se de um contexto que nos coloca questão que talvez tenha até a ver com o sentimento que, de certa maneira, temos tido, também no seminário. A questão é de que avançamos em alguns aspectos, mas não propriamente em outros. Uma análise crítica diz: “É desenvolvimentismo sim, mas não é novo. Trata-se de outro momento com novos elementos”. Retoma-se a ideologia desenvolvimentista, só que com falsos pressupostos de que o Estado seria capaz de organizar um capitalismo desenvolvido, sabendo-se que a estrutura do capital exige países de capitalismo dependentes – sobre este aspecto, leia-se Florestan Fernandes – enquanto as políticas fundamentais do

neoliberalismo se mantêm. Portanto, não temos nada de novo, a não ser estratégias de minimização dos problemas e também de administração da crise.

Outra perspectiva que encontramos com menos frequência, no mesmo marco da ideia desenvolvimentista, diria que existe sim uma perspectiva nova, modernizante, do que teria sido um “desenvolvimentismo de esquerda” das décadas de 1950 e 1960, associando a tese do PCB, do ISEB e de segmentos também à esquerda ou de cunho marxista dentro da CEPAL. Por esse viés, mesmo considerando-se a estrutura dependente do Brasil, haveria a assunção de uma perspectiva de soberania a partir do Estado, priorizando-se ações econômicas e sociais, de base e estruturais. Essas ideias, inclusive, teriam estado presentes nas tentativas do Governo Jango, a exemplo da reforma agrária, da reforma tributária, das políticas de distribuição de renda, da reforma educacional, e assim por diante. Haveria sim uma possibilidade de se construir uma perspectiva de desenvolvimento, e não desenvolvimentista no sentido de associado a um caráter ideológico (por não ser uma possibilidade real e sim um falso argumento). Mas, de outro lado, retomando alguns elementos que estiveram presentes no pensamento desse período, ou seja, a instituição de um “desenvolvimentismo de esquerda” possibilitaria um desenvolvimento nacional-popular e soberano. Nesse sentido, alguns economistas e não apenas eles, mas também cientistas sociais têm debatido essa possibilidade que considera, portanto, a necessidade de superação dos elementos do ajuste neoliberal, juntamente com uma tomada de um planejamento efetivo, em termos de um projeto nacional.

Volto a dizer, não é nada que se coloque num sentido enunciadamente revolucionário, mas que reordene uma possibilidade do que foi a revolução burguesa no sentido considerado clássico por alguns autores, como Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, que poderia se realizar no Brasil e que esse período seria um período fecundo para isto. Que período? O período de governo dos dez anos do PT em que o capital internacional entra em crise e que o Brasil soube, por estratégias e possibilidades, constituir alguns elementos de vantagem. Esse debate tem-se colocado entre vários autores e em relação aos quais muito modestamente me colocado como uma leitora distante. Cito Márcio Pochmann, Claudio Dedeca, José Luís Fiori. Alguns economistas chegam a falar numa perspectiva um pouco mais keynesiana, de um novo keynesianismo e, portanto, da possibilidade de se completar no país, uma lógica do Estado de Bem Estar Social, que não vivemos plenamente. Denominam essa linha como neodesenvolvimentista, diferentemente do novo desenvolvimentismo tal como cunhado por Bresser, e que indica possibilidades, mas também entraves e dificuldades para o Brasil tomar esta linha que estaria em debate no cenário econômico-político do país.

Ora, diante do que estamos vivendo, identificar que há um debate nesse sentido, considero que é no mínimo bom, porque traz outros elementos e perspectivas. O cenário não está absolutamente dado, há disputas. Disputas, como eu disse, nos

marcos da sociabilidade capitalista, mas considerando a própria distância que esse país tem em relação a sociedades que de alguma maneira conquistaram plenamente ou não, elementos postos nos marcos da revolução burguesa. Ontem, por exemplo, quando o Ruy Braga falou da luta por direitos, ainda que no nosso caso seja por direitos extremamente básicos e isso é expressão da nossa história, indica que se há a luta, há também possibilidade.

Esse é o primeiro exercício que faço no texto e volto a dizer, numa perspectiva altamente ensaística. Passo, então, a refletir sobre a política da Educação Profissional a partir da seguinte questão: a política de Educação Profissional contemporânea estaria inscrita em algum desses marcos? Numa perspectiva que se coaduna com o sentido do novo desenvolvimentismo, leia-se um desenvolvimentismo associado aos princípios neoliberais ou inscrito numa perspectiva denominada neodesenvolvimentista que recuperaria alguns elementos do próprio keynesianismo, abrindo assim algumas possibilidades ou alguma base que nos faria entender o sentido de uma política claramente expansionista da oferta da Educação Profissional no país.

Nessa perspectiva, um elemento relativamente consensual e perceptível nas análises situadas no espectro mais à esquerda ou mais ao centro, citado pela maioria dos autores que temos lido, é o de que o modelo de desenvolvimento no Brasil, o impulso desenvolvimentista viria do consumo. Isso explicaria ou justificaria as políticas às quais já me referi, mas que volto a citar, que estão sendo vistas como redistributivas em alguma medida, tais como os programas de assistência, o Bolsa-Família, Brasil Sem Miséria, o PROUNI e o PRONATEC, no caso do acesso à Educação, e as políticas de incentivo à produção, na lógica da espiral positiva ou do círculo virtuoso da mercadoria. Incentiva-se o consumo, impulsiona-se a produção, com isso gera-se riqueza que, por sua vez, produz arrecadação e fortalece o fundo público que, portanto, pode também retroalimentar essa dinâmica, o ciclo virtuoso. Esse seria o modelo de desenvolvimento que caracterizaria o país no contexto contemporâneo, calcado no incentivo ao consumo como impulsionador da produção. Nesse sentido, a perspectiva de geração de empregos colocaria para a política educacional, em geral, e particularmente para a Educação Profissional, uma demanda pela formação de trabalhadores.

A expansão da Educação Profissional cumpriria, nesse contexto, duas funções, não muito diferentes do que já foi colocado nas décadas de 1950 e 1960, com a teoria do capital humano. De um lado, sendo uma oferta pública e/ou gratuita, alivia o investimento do cidadão, funciona como salário indireto, como benefício, inclusive como direito. Por outro lado, forma pessoas para a inserção no mercado de trabalho e coloca, com isso, mais um elemento no ciclo virtuoso. Teríamos, portanto, uma lógica, que vamos encontrar em Octavio Ianni, como elemento de reflexão. Ianni identifica que o Estado se torna principalmente o Estado de países periféricos, tanto mais planejador quanto mais a crise é iminente. Com isso, os programas como o

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, no caso da Educação, o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), podem ser vistos como ações de planejamento na ordenação desse ciclo virtuoso desenvolvimentista que se espera. Podemos ver, antes mesmo de chegar ao PRONATEC, ainda que este tenha sido mais ou menos contemporâneo ao Plano Nacional de Educação que, no projeto do PNE para 2011 e 2021, ainda em tramitação no Congresso Nacional, que se faz um planejamento no sentido de objetivos e metas que, de fato é programático e com consequências para os próximos dez anos.

Desse ponto de vista, encontramos algumas metas interessantes e significativas. Por exemplo, a ampliação da oferta da Educação Profissional é uma estratégia de várias metas do plano. A ideia no plano aparece como Metas e Estratégia. Tem-se a meta, com dimensão quantitativa e as estratégias ou os meios para se atingirem as metas. Quatro dessas metas, as Metas 3, 8, 10 e 11 do projeto trazem estratégias de expansão da Educação Profissional, seja na forma integrada, seja nas formas concomitante e sequencial. Aparece muito frequentemente, não só nas metas, mas também em alguns discursos e documentos, a ideia da Educação Profissional, particularmente a integrada, mas também as outras formas, como um meio de retenção do estudante no ensino médio, um elemento também de planejamento, porque um dos problemas que nós temos é o desemprego juvenil. Temos, então, uma ação na política educacional para a retenção do estudante no ensino médio que também pode ser vista, em tese, como uma estratégia de planejamento e organização da perspectiva de inserção socio-ocupacional do jovem. Ao mesmo tempo, tem-se a perspectiva de elevação da escolaridade ou dos anos de estudo da população brasileira.

A meta 11 é específica para a educação profissional técnica de nível médio e visa a duplicação das matrículas no período de vigência do plano. Portanto, esse é um aspecto importante, considerando que o período do governo Fernando Henrique Cardoso foi de absoluta retração da oferta da educação profissional, associada a um processo de sua privatização. Então, a duplicação de matrículas na educação profissional que o Plano Nacional da Educação coloca é uma inflexão significativa, face à política vigente durante os oito anos de governo de FHC. É reiterada também a estratégia de se fomentar a expansão de matrículas não só no sentido de ampliação, mas também no sentido da gratuidade. Mas, nas outras metas, inclusive na meta 11, o elemento da gratuidade também se modifica. Nesse período, se a oferta da educação profissional foi minimizada e, por outro lado, privatizada aos usuários – as pessoas tinham que pagar pelos cursos –, no período recente não só é uma expansão, mas é expansão gratuita. Entretanto, a forma da gratuidade é que se modifica, porque apresenta aspecto contraditório inicialmente, com a ideia de publicização e o aumento da gratuidade através do Sistema S. Aqui há alguns paralelos a fazer com o Júlio, no caso da Saúde. É a obrigatoriedade das instituições do Sistema S oferecerem vagas gratuitas de educação profissional. Todos nós sabemos que o financiamento

do Sistema S é público, uma vez que vem da isenção de impostos e do recolhimento de contribuição da folha de pagamento. Mas, mesmo assim, o Sistema S oferecia e oferece cursos pagos. Por isto faz sentido a existência de uma meta governamental de ampliação da gratuidade no Sistema S.

Em se tratando do setor vinculado ao sistema sindical, essa meta vai adquirir uma especificidade e uma concretude no PRONATEC, um programa de apoio à expansão da educação profissional no país. Posteriormente, com esse programa, a gratuidade se amplia no sentido de regulamentar efetivamente a possibilidade de transferência de recursos públicos para instituições privadas que aderissem ao PRONATEC e que oferecessem vagas gratuitas de educação profissional. Na página na internet do PRONATEC vamos encontrar a regulamentação da transferência de recursos públicos para as instituições privadas. Contrapondo as duas perspectivas, parece que o processo de expansão está associado a uma lógica desenvolvimentista que tem o Estado como um provedor definido, o que é uma inflexão considerável em relação ao que nós tínhamos no período anterior. Essa definição, entretanto, alimenta ou retroalimenta a perspectiva da parceria público-privado, com a possibilidade de transferência dos recursos públicos para as instituições privadas que aderissem ao programa e que oferecessem vagas segundo as suas normas. Por um lado, pelo princípio da gratuidade e, por outro lado, conjugando-se com a oferta de bolsas aos estudantes, de tal forma que, por exemplo, no discurso de lançamento do PRONATEC, vemos essas questões aparecendo como estratégias ou soluções destinadas a ampliação do acesso à educação profissional, da mesma maneira que se fez em relação ao ensino superior, como é o caso do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – um investimento na expansão propriamente institucional – e o programa que concede bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior (ProUni). Além dessa estratégia, outra mais vinculada propriamente à organização do Estado *strictu sensu*, trata da expansão da rede federal de ensino, não só sob o princípio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (*Pronatec*), mas como uma política de atendimento descentralizado e capilarizado da educação profissional em todo o país, questão essa que também não tínhamos no período anterior.

A justificativa do financiamento público de instituições privadas, aparece no discurso oficial como a incapacidade do setor público no Brasil, de atender toda a demanda por educação profissional, apesar da expansão que ocorreu nos anos anteriores com o Governo Lula. O *Pronatec*, então, investe em oferta de vagas na educação profissional sob essa lógica, mas tendo esse dispositivo de financiamento público de instituições privadas, especialmente por meio de bolsas e com uma determinada forma de oferta, sobretudo a subsequente e/ou concomitante ao ensino médio, e não a forma integrada. Isso se explica porque é orientado pelo princípio dos convênios. As instituições que oferecem educação profissional podem ofertá-la, por

sua vez, a estudantes das redes públicas e com isso o modelo educacional e a forma de oferta que viabiliza essa estratégia, são as formas subsequente e concomitante. Assim, o estudante estaria com duas matrículas na educação básica, uma relativa ao ensino médio e a outra à educação profissional, fora os cursos hoje considerados pela legislação de educação inicial e continuada a partir do Decreto 5154, posteriormente incorporado a LDB.

Em síntese, o que identificamos? Se por um lado há uma perspectiva de expansão significativa sob a justificativa de uma necessidade social, por outro, se tem uma associação com o capital privado ou com os empresários da educação, sejam as instituições do Sistema S, sejam outras não assim designadas. Isso porque há a possibilidade de outras instituições participarem, particularmente as de ensino superior, com base em uma legislação mais recente, sob o princípio da gratuidade. Priorizam-se, em razão dos próprios dispositivos e, eventualmente da própria população, nas respectivas faixas etárias, os cursos nas formas concomitante e subsequente. Além disso, mais recentemente, há também a instituição do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) porque visa uma expansão no sentido de atender aqueles estudantes que teriam feito o ensino médio, mas não teriam logrado o patamar necessário para o ensino superior, daí a abertura dos cursos de educação profissional por meio desse sistema.

Essa análise ensaística indica que a educação profissional se expande, mas por uma associação com o empresariado da educação. Isso remete à análise preliminar sobre o modelo de desenvolvimento que se baseia num princípio de planejamento e fortalecimento da espiral positiva ou ciclo virtuoso, de geração de emprego, e, portanto, em uma perspectiva de crescimento e desenvolvimento nacional, mas em associação com o capital privado. A questão é: onde estão as contradições disso? Se isso é suficiente para dar alguma indicação, estritamente do ponto de vista da educação, de um ordenamento com um determinado tipo de modelo de desenvolvimento, considerando as duas perspectivas aqui apresentadas, reforça-se a lógica de um crescimento associado a princípios do neoliberalismo.

Esse é o primeiro conjunto de questões que formulo para análise do cenário atual da oferta da educação profissional no Brasil. Situo também a relevância do próprio Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e da política de educação profissional, no país em geral, não só no que se refere ao atendimento à demanda social, como um princípio do direito, como também em relação à abertura das instituições públicas de qualidade para os trabalhadores devido à expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Ressalto ainda a indução da associação dessa rede com outras instituições de ensino dos outros sistemas, como os sistemas estaduais, gerando um ciclo virtuoso, um processo de articulação interinstitucional que poderia fomentar um aumento de qualidade na rede pública, de maneira geral.

Essas são questões que a pesquisa empírica nos ajudaria analisar. Acho que o elemento da contradição reside, ao lado de uma perspectiva de associação com o capital, com o empresariado industrial e do ensino, no fortalecimento das instituições públicas. Portanto, acho que estamos num cenário de contradição. Eu termino e certamente não com a extensão que talvez pudesse fazê-lo, identificando que aqui se apresenta também um desafio para se pensar a educação profissional em saúde. Partindo da análise que o Júlio já fez, tivemos não por contradição, mas por uma lógica interna da própria reforma realizada no governo Fernando Henrique Cardoso, o fortalecimento de uma perspectiva privatista da oferta da educação profissional em saúde, mesmo ao lado do fortalecimento ou da pretensão de se fortalecerem as Escolas Técnicas de Saúde do SUS, mediante um componente específico do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE). Mas, o histórico da educação profissional em saúde em oferecer a formação não integrada ao ensino médio, conformou um modelo pedagógica e operacionalmente coordenado, coerente com a própria reforma de Fernando Henrique Cardoso. E como agora, com o PRONATEC, um dos dispositivos da reforma se mantém, qual seja, a ênfase na oferta concomitante e subsequente da educação profissional. A diferença da política anterior é esta privilegiava a oferta privada, enquanto agora se vê a disposição do Estado em assumir, de alguma maneira, essa ação por meio da rede federal. Teríamos, então, algumas escolhas a serem feitas.

Primeiro, pode-se incentivar, por ação ou omissão, a forte atuação privada na oferta da educação profissional em saúde, na medida em que elementos para isso estão todos dados. Oferta privada, no sentido de que o próprio Estado financia, lógica que está colocada no SENAI, SENAC ou outras instituições, inclusive de ensino superior que podem oferecer a educação profissional e a educação profissional em saúde, em particular. Temos o incentivo e o modelo curricular adequado a isso, que não é integrado. Temos todo um contexto favorável para a expansão ainda maior da oferta privada da educação profissional em saúde, com a diferença que, nesse caso, é sustentado e financiado pelo fundo público. Ou, uma possibilidade de assumir que a expansão da Rede Federal da Educação Profissional é uma questão nossa também e que na história da educação profissional em saúde, não houve essa coordenação porque a Rede Federal teve a sua própria lógica de organização, inclusive, pela vinculação predominante com o setor industrial. Atualmente, temos outro contexto. A expansão dessa rede hoje não pode se sustentar exclusivamente pelas atividades no ramo industrial. Acho que temos um viés de problemática, de contradição, que pode ser vicioso ou virtuoso. Temos o desafio de analisar as contradições nesse sentido. Para terminar, gostaria de ler as minhas considerações finais, porque elas expressam um pouco o espírito da intenção que tive ao fazer essa problematização.

Digo, então, que esse texto não trata de nenhum projeto de desenvolvimento da Educação ou da Saúde propriamente revolucionários. Ele destaca algumas disputas

que se travam nos limites do sistema capitalista, não obstante, algumas perguntas estarem subjacentes. A primeira questiona se, de fato, devemos abandonar qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico-social, por este levar necessariamente ao aprofundamento da dependência, que é um viés da teoria da dependência, em alguns autores e também no pensamento de Florestan Fernandes. Então, a pergunta é: abandonamos qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico-social porque esse lugar de chegada já estaria dado? Perguntamos se seria possível, ainda, disputar não o compromisso dos empresários com um Projeto de Desenvolvimento Nacional Popular. Se isso é ingenuidade, teoricamente há estudos suficientes que já demonstram que essa é uma luta inglória. Não é o caso. Não é por princípio, nem por estratégia, mas sim, disputar a correlação de forças na sociedade, no sentido da garantia de direitos sociais e da centralização na esfera pública das decisões econômicas. Segue-se a esta questão, se, o quanto e o quanto uma luta assim configurada, à medida que visa a dilatação ao máximo, do caráter público da produção e da distribuição de bens e serviços, pela participação ampliada da classe dominada, tanto no Estado *strictu sensu*, quanto na sociedade civil, pode acirrar contradições fundamentais na relação capital-trabalho. A disputa pela educação pública, incluindo a profissional, parece-nos, uma mediação fundamental nesse processo, vinculando-a mediatamente com as disputas de projetos de desenvolvimento econômico e social e com as tensões ético-políticas que as mesmas suscitam. No caso da saúde, talvez esses desafios se acirrem por se tratar da produção da vida, um bem que não se adquire em qualquer mercado. Obrigada.